

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 96.210 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 50.116, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 46.094 (R\$ 93.994 em 31 de dezembro de 2013).

Apoiado no planejamento estratégico para os próximos anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Reestruturação do sistema de gestão produtiva: Aperfeiçoamento do controle interno do processo de planejamento da produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas, harmonizando o fluxo de produção e gerando estabilidade dos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Ampliação da participação no mercado: Ampliação dos mercados e produtos já existentes e desenvolvimento de novos mercados e novos produtos, através das tecnologias disponíveis no parque fabril, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição.

c) Despesas financeiras: Alongamento do endividamento da Companhia através da captação de novas linhas de créditos, harmonizando as despesas financeiras e equilibrando o resultado da Companhia.

d) Adesão ao Refis: A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS IRRF e contribuições previdenciárias.

Além destas ações, a Companhia continuará com a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também continuará controlando os novos investimentos. A Administração também está fortemente focada no gerenciamento do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas tributárias e de dívidas com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas e autorizadas para emissão de acordo com reunião com Conselho de Administração que ocorreu em 31 de março de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos

verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original

do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço, e as variações no valor justo são registradas ao resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido pelo instrumento for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido for inferior a 12 meses.

2.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	33 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 20% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor

da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

2.14 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%
INSS – Instituto Nacional Seguridade Social	1%

2.17 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

2.18 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas, o que ocorrerá quando o CPC regulamentar a aplicação destas normas no âmbito das práticas contábeis adotadas no Brasil.

IFRS 9

Instrumentos financeiros

A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada.

Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012

Essas melhorias estão em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre a Companhia, incluindo as seguintes:

IFRS 3	<p><u>IFRS 3 – Combinação de Negócios</u></p> <p>A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultante de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável).</p>
IFRS 8	<p><u>IFRS 8 – Segmentos Operacionais</u></p> <p>As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que:</p> <p>Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são “similares”. A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.</p>
IAS 24	<p><u>IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas</u></p> <p>A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.</p>

Melhorias Anuais – Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre o Grupo, incluindo:

IFRS 15	<p><u>Receitas de contratos com clientes</u></p> <p>Emitida em maio de 2014 estabelece um novo modelo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. A nova norma é uma abordagem mais estruturada e para a mensuração da receita e substituirá todas as atuais exigências nos termos atuais das IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa</p>
---------	--

data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil.

A Companhia ainda está estudando os possíveis impactos das novas normas, mas não se espera que essas alterações causem impacto significativo sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Há outras normas e interpretações emitidas e que ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras, mas que não são aplicáveis à Companhia.

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível

à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa	1	-
Banco conta movimento	37	45
Total de caixa e equivalente a caixa	<u>38</u>	<u>45</u>

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	26	564
Fundo de liquidez – CDB	-	2
Títulos de capitalizações	10	25
Total de bancos e aplicações financeiras	<u>36</u>	<u>591</u>
Circulante	10	206
Não circulante	26	385

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras estavam mantidas em CDBs, sendo remuneradas por taxas de 75% a 95% do CDI (75% a 95% do CDI em 31 de dezembro de 2013). Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui um saldo de R\$ 26 bloqueados e mantidos como garantia para os empréstimos contratados (R\$ 564 em 31 de dezembro de 2013).

6. Clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes mercado interno	17.573	17.304
Contas a receber de clientes mercado externo	6.873	4.998
Total do contas a receber	24.446	22.302
Provisão para devedores duvidosos	(2.619)	(2.012)
Total de clientes	21.827	20.290

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	31/12/2014	31/12/2013
Títulos a vencer superior a 90 dias	1.282	571
Títulos a vencer até 90 dias	16.156	16.238
Vencidos em até 90 dias	1.805	2.016
Vencidos de 90 a 180 dias	844	473
Vencidos superior a 180 dias	3.847	3.004
Contas a receber de clientes	24.446	22.302

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para devedores duvidosos	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	(2.012)	(1.283)
Adições	(607)	(1.220)
Baixas	-	491
Saldo no final do exercício	(2.619)	(2.012)

7. Estoques

	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	10.032	10.009
Mercadorias para revenda	2.973	2.874
Produtos em elaboração	2.658	2.384
Matéria prima	5.549	5.122
Almoxarifado	4.621	4.205
Provisão para estoques obsoletos	(1.247)	(747)
Total dos estoques	24.586	23.847

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	(747)	(492)
Adições	(500)	(255)
Saldo no final do exercício	(1.247)	(747)

8. Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
PIS a recuperar	117	467
COFINS a recuperar	298	1.708
ICMS a recuperar	1.158	1.876
IRRF a recuperar	76	117
IR a recuperar	125	-
CS a recuperar	49	-
Total impostos a recuperar	1.823	4.168
Circulante	1.743	4.051
Não circulante	80	117

9. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método involutivo, foram as seguintes:

- Taxa de Ocupação: 65%.
- Área mínima por lote: 360m².
- Custo de implantação: 33% do valor avaliado.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 12 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

10. Imobilizado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2012	34.952	20.195	57.347	532	410	385	4.962	118.783
Adições	-	-	1.513	38	20	1	5.060	6.632
Baixas	-	-	(59)	-	-	-	(1.635)	(1.694)
Transferências	-	1.497	1.646	76	80	52	(3.351)	-
Depreciação	-	(638)	(5.303)	(178)	(90)	(93)	-	(6.302)
Baixas da depreciação	-	-	9	-	-	-	-	9
Saldo em 31/12/2013	34.952	21.054	55.153	468	420	345	5.036	117.428
Adições	-	5	1.276	115	49	169	4.897	6.511
Baixas	-	-	(166)	(3)	-	(279)	(254)	(702)
Transferências	-	44	828	6	43	-	(921)	-
Depreciação	-	(667)	(5.076)	(161)	(92)	(67)	-	(6.063)
Baixas da depreciação	-	-	52	3	-	127	-	182
Saldo em 31/12/2014	34.952	20.436	52.067	428	420	295	8.758	117.356

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do exercício totalizando R\$ 6.063, sendo R\$ 5.921 classificadas como custos, R\$ 42 como despesas comerciais e R\$ 100 como despesas administrativas (R\$ 6.145, R\$ 48, R\$ 109, respectivamente em 2013).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento referem-se a venda de ferramental.

11. Intangível

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2	315	317
Adições	13	213	226
Amortizações	-	(50)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15	478	493
Adições	7	61	68
Amortizações	-	(65)	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22	474	496

As despesas com amortizações totalizam R\$ 65, e foi registrada ao resultado como R\$ 36 em “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 10 como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 19 como “despesa administrativas” para o exercício findo 31 de dezembro de 2014 (R\$ 33, R\$ 1, R\$ 16, respectivamente em 2013).

12. Fornecedores

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores de mercadorias	8.047	8.907
Fornecedores de serviços	2.977	2.002
Total fornecedores	<u>11.024</u>	<u>10.909</u>

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2014	31/12/2013
Capital de Giro	1,27%+CDI e 185% do CDI	Duplicata/Hipoteca	40.267	36.149
ACC	9% ao ano	Aval	7.519	6.121
Conta Garantida	2,06% +CDI	Duplicata	602	1.622
Empréstimo	0,33% a 0,56% + TJLP	Hipoteca	3.542	4.463
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	1.627	2.093
Leasing	0,66% a 1,74%	Alienação Fiduciária	-	127
Prodec	2% ao ano		8.951	11.444
Limite	2,7% a 9,4% ao ano		187	395
Total de empréstimos e financiamentos			62.695	62.414
Circulante			43.711	34.567
Não circulante			18.984	27.847

	31/12/2014	31/12/2013
Por data de vencimento		
Em até 6 meses	35.326	27.075
De 6 meses a 1 ano	8.385	7.492
De 1 a 2 anos	7.814	12.521
De 2 a 3 anos	6.254	5.419
De 3 a 4 anos	4.916	6.110
Acima de 4 anos	-	3.797
Total de empréstimos e financiamentos	62.695	62.414

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas. ("Covenants")

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2014	31/12/2013
Salários a pagar	1.991	1.939
Provisão de férias a pagar e 13º salário	3.600	4.022
INSS a recolher	8.979	35.405
FTGS a recolher	651	219
IRRF sobre salários recolher	1.470	5.394
Outros	558	313
Total obrigações sociais e trabalhistas	17.249	47.292

15. Obrigações tributárias

	31/12/2014	31/12/2013
PIS	1.229	3.510
COFINS	7.998	16.627
ICMS	4.140	11.970
Outros	35	303
Total obrigações sociais e trabalhistas	13.402	32.410

16. Parcelamento tributário

	31/12/2014	31/12/2013
PIS	-	1.229
COFINS	-	5.587
ICMS	12.201	3.363
INSS	-	12.253
FGTS	982	1.159
Refis	46.557	-
Outros	3.312	3.841
Total parcelamento tributário	63.052	27.432
Circulante	9.376	17.516
Não circulante	53.676	9.916

Refis

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram incluídos no programa valores devidos de PIS, COFINS IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

O processo de consolidação da dívida por parte da Receita Federal ainda não ocorreu. Para fins de consolidação dos débitos pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia deverá estar adimplente com suas obrigações relativamente ao programa. A Companhia encontra-se com uma parcela pendente de quitação integral, a qual a Administração acredita que será regularizada antes do início do processo de consolidação. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos a administração da companhia não espera que o processo de consolidação seja prejudicado por conta deste fato.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Amortizações ocorridas	(11.974)
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas – Nota 17	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09 - Nota 23	(24.304)
	46.557
(-) Parcela classificada no circulante	(4.502)
Passivo não circulante	42.055

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente - conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo antes dos impostos	(2.099)	(8.948)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	714	3.042
Efeito sobre diferenças permanentes		
Refis	8.263	-
Brindes	(49)	(42)
Multas	-	(64)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	222	3
Imposto de renda e contribuição social efetivo	9.150	2.939
Imposto de renda diferido	9.150	2.939

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais e base negativa de CSSL (i)	18.380	19.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	890	683
Provisão para estoque obsoleto	424	254
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	2.038	5.890
Provisão para demandas judiciais	1.147	1.147
Ativo diferido (Adoção CPC 04 - RTT)	-	11
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(481)	(464)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(16.625)	(17.213)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(4.158)	(3.337)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(4.665)	(3.976)
Reserva de reavaliação	(512)	(552)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(3.562)	1.714
Saldo inicial		1.714
Saldo compensado com refis (nota 16)		(14.426)
Valor registrado ao resultado		9.150
Saldo final		(3.562)

(i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 54.069 (R\$ 56.690 em 2013) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 54.029 (R\$ 56.650 em 2013) em 31 de dezembro de 2014, representando um crédito tributário de R\$ 18.380 (R\$ 19.271 em 2013). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela mesma, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Com base nesse estudo a Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$ 18.380 (R\$ 19.271 em 2013). A companhia espera que o saldo de tributos diferidos sejam realizados até 2024.

18. Provisão para litígios

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	942	-	2.433	3.375
Constituição de provisões	381	-	1.854	2.235
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.323	-	4.287	5.610
Depósitos judiciais relacionados	(525)	-	-	(525)

Adicionalmente a Companhia a tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2014
Ações trabalhistas	2.691
Ações cíveis	211
Ações tributárias	149
Total de perdas possíveis	3.051

Cabe ressaltar que tais valores tem cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item “a”, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quais quer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No exercício de 2014, foram realizados o montante de R\$ 1.221 (R\$ 1.344 em 31 de dezembro de 2013) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

20. Transações e saldos entre partes relacionadas

O acionista controlador da Companhia é o Sr. João Stramosk, o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	1.010	1.318
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	695	549
Mutuo (Passivo circulante) (a)	-	64

- (a) Valores classificados em respectivamente em obrigações sociais e trabalhistas e em outras obrigações.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não prevêm qualquer atualização sobre os termos firmados.

A Companhia mantém contrato de representação comercial com acionista. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram pagos R\$ 843 a título de comissão (R\$ 815 em 2013).

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	31/12/2014	31/12/2013
Conselho de administração	3	1.347	1.258
Diretoria administrativa	2	1.792	1.660
Previdência privada		5	6
		3.144	2.924

Em 31 de dezembro de 2014 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGE.

Não há benefícios de longo prazo, pós-emprego.

21. Receita de vendas

	31/12/2014	31/12/2013
Receita reposição/revenda mercado interno	88.860	81.360
Receita montadora mercado interno	80.783	90.269
Receita mercado externo	16.146	14.205
Receita venda sucata	156	191
Receita operacional bruta	185.945	186.025
(-) Deduções e abatimentos	(2.185)	(2.669)
(-) Impostos sobre as vendas	(47.712)	(47.933)
Receita operacional líquida	136.048	135.423

22. Despesas operacionais, por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/12/2014	31/12/2013
Custos dos produtos/serviços vendidos	(106.288)	(103.567)
Despesas com vendas e distribuição	(14.362)	(14.028)
Despesas gerais e administrativas	(8.873)	(7.568)
Outras receitas e despesas	765	2.990
Total despesas por natureza	(128.758)	(122.173)

Despesa por função	31/12/2014	31/12/2013
Custos dos bens e serviços	(40.930)	(41.825)
Despesa com comissões	(5.522)	(5.328)
Despesa com fretes	(2.592)	(2.184)
Outras despesas com vendas	(1.830)	(2.040)
Despesa com folha de pagamento	(54.575)	(51.515)
Energia elétrica	(6.140)	(5.145)
Serviços de terceiros	(9.638)	(8.546)
Outras despesas administrativas	(2.168)	(2.231)
Despesa com depreciação e amortização	(6.128)	(6.349)
Outras receitas e despesas operacionais	765	2.990
Total despesas por função	(128.758)	(122.173)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2014	31/12/2013
Recuperação de receita	1.354	2.972
Receita com venda de ativo imobilizado	87	6
Indenizações recebidas	-	24
Receitas diversas	2.273	40
Despesas diversas	(2.949)	(52)
Total outras receitas e despesas	765	2.990

24. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	31/12/2014	31/12/2013
Variação cambial ativa	2.629	2.323
Empréstimos subsidiados	682	860
Receitas sobre aplicação financeira	-	45
Juros recebidos	170	107
Descontos obtidos	640	23
Outras receitas financeiras	94	6
Refis (Nota 16)	24.304	-
Total receitas financeiras	28.519	3.364
Despesas financeiras	31/12/2014	31/12/2013
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.735)	(11.080)
Multa e juros sobre fornecedores	(396)	(1.356)
Multa e juros sobre impostos	(23.074)	(9.540)
Variação cambial	(3.218)	(2.874)
Descontos concedidos	(2.001)	(9)
IOF	(130)	(168)
Outras despesas	(354)	(535)
Total despesas financeiras	(37.908)	(25.562)
Resultado financeiro líquido	(9.389)	(22.198)

25. Prejuízo por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	7.051	(6.009)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	11,62	(9,90)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	12,78	(10,89)

26. Objetivos e políticas para gestão de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Aplicações financeiras: Os Certificados de Depósitos Bancários são classificados como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

			Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	Moeda	31/12/2014	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	2.588	2,80	374	3,50	2.185	4,20	3.997
Passivos								
Financiamentos	US\$	2.830	2,80	(407)	3,50	(2.388)	4,20	(4.369)
Efeito no resultado				(33)		(203)		(372)

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	31/12/2014	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
<u>Aplicações Financeiras</u>								
CDB´s		36	11,50%	4	14,38%	5	17,25%	6
<u>Financiamentos</u>								
Capital de giro/Financ.	CDI	41.056	11,50%	(4.721)	14,38%	(5.902)	17,25%	(7.082)
Badesc	TJLP	3.542	6,25%	(221)	7,81%	(277)	9,38%	(332)
Prodec	-	8.951	2,00%	(179)	2,50%	(224)	3,00%	(269)
Finep	-	1.627	5,00%	(81)	6,25%	(102)	7,50%	(122)
Efeito no resultado				(5.202)		(6.505)		(7.805)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

g) Derivativos

A Companhia, em setembro de 2011, contratou 16 operações de swaps (NDF – Non Deliverable Forwards) no total de US\$ 747 mil relativo aos juros de uma operação de crédito denominada Cédula de Crédito à Exportação (NCE), com o objetivo de mitigar riscos da desvalorização da moeda Real frente ao Dólar Norte Americano. A Companhia vem reconhecendo a variação dos instrumentos financeiros no resultado do período. Essa operação faz com que esses juros, inicialmente sujeito a variação da moeda norte americana, se convertam em Reais, ou seja, passam a representar o montante de R\$ 3.328 fixos vencíveis até novembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 restam 3 operações que representa o montante de US\$ 133 mil (R\$ 684 mil). Os valores em Reais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

27. Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades, descritas na Nota 1, Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos;

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Reposição		Montadora		Exportação		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Receita líquida	49.927	50.302	69.975	70.916	16.146	14.205	136.048	135.423
Custos sobre vendas	(31.976)	(31.523)	(60.074)	(59.274)	(14.238)	(12.770)	(106.288)	(103.567)
Lucro/Prejuízo	6.422	1.882	1.573	(6.199)	(944)	(1.692)	7.051	(6.009)

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 21.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 36% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e, iii) Scania Latin America Ltda.

28. Cobertura de seguros

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000	De 18/03/2014 a 18/03/2015